

Lucas Bevilacqua

Vanessa Marini Cecconello

Michell Przepiorka

# TRIBUTAÇÃO FEDERAL

Jurisprudência do CARF em Debate

Alexandre Evaristo Pinto

Aline Cardoso De Faria

Ana Paula Fernandes

Bernardo Motta Moreira

Breno Vieira

Caio Cesar Nader Quintella

Cláudio Mangoni Moretti

Cristiane Silva Costa

Demetrius Nichele Macei

Erika Costa Camargos Autran

Fabício Sarmanho De Albuquerque

Fernando Brasil De Oliveira Pinto

Ivan Alegretti

João Victor Ribeiro Aldinucci

José Eduardo Dornelas Souza

Juliana Mincarone Sanguinetti

Lázaro Reis Pinheiro Silva

Lucas Bevilacqua

Marcos Shigueo Takata

Marcus Lívio Gomes

Maurício Pereira Faro

Maysa De Sá Pittondo Deligne

Michell Przepiorka

Pedro Adamy

Rafael Campos Soares Da Fonseca

Rafael Pandolfo

Rayanne Ribeiro Gomes

Ricardo Marozzi Gregorio

Rita Eliza Reis Da Costa Bacchieri

Sergio André Rocha

Tarsila Ribeiro Marques Fernandes

Tatiana Midori Migiyama

Thales Michel Stucky

Thiago Dayan

Tiago Conde Teixeira

Vanessa Marini Cecconello

Wesley Rocha

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2020

*Copyright* © 2020 by Lucas Bevilacqua  
Vanessa Ceconello  
Michell Przepiorka

Categoria: Prática Forense

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

T822t

Tributação federal : jurisprudência do CARF em debate / coordenadores  
Lucas Bevilacqua, Vanessa Ceconello ; organizador Michell Przepiorka. –  
Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.

524 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5510-411-0

1. Direito aduaneiro. 2. Processo administrativo. 3. Tributação. 4. Con-  
tribuição previdenciária. 5. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.  
I. Bevilacqua, Lucas. II. Ceconello, Vanessa. III. Przepiorka, Michell.  
III. Título.

CDD 343

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

## I – Processo Administrativo no CARF

### O CARF como Tribunal paritário

Pedro Adamy

Introdução .....	3
1. Administração paritária e jurisdição administrativa em matéria tributária .....	4
2. Coerência na implementação da paridade .....	9
3. Consequências do critério paritário no CARF .....	12
3.1 Formação e estruturação dos colegiados .....	13
3.2. Estruturação do julgamento .....	15
Conclusão .....	16
Referências bibliográficas .....	17

### Aspectos Estruturais e Processuais da Uniformização da Jurisprudência do CARF pela CSRF

Ivan Allegretti

Lázaro Reis

1. A uniformização da jurisprudência no âmbito do processo administrativo fiscal .....	21
2. A uniformização da jurisprudência sob a perspectiva estrutural e o histórico recente quanto ao critério para a composição da CSRF .....	25
3. Aspectos processuais relacionados ao recurso de divergência .....	33
3.1. A possibilidade de franquear meios alternativos de notificação do contribuinte .....	34

3.2. A admissibilidade do recurso especial de divergência.....	36
Conclusão.....	37
Referências .....	39

## **O Dever de Prova do Lançamento Tributário e os Limites da Busca da Verdade Material no Processo Tributário Administrativo**

Bernardo Motta Moreira

Maurício Pereira Faro

Introdução.....	41
1. A relevância da distinção entre procedimento e processo administrativo tributário.....	42
2. Uma “jurisdição” administrativa tributária brasileira?.....	47
3. O dever de prova da Administração Ativa na produção do lançamento e os limites da Administração Judicante .....	53
4. Alguns julgados envolvendo a discussão: o reconhecimento da diferenciação das funções administrativas fiscalizatórias e as de julgamento .....	57
Conclusões .....	58
Referências Bibliográficas .....	58

## **A Busca da Verdade Material no Direito Tributário Limites e Importância**

Demetrius Nichele Macei

1. O que é a verdade?.....	61
2. O Princípio da Segurança Jurídica .....	64
3. No Direito Tributário .....	66
4. Dos Limites de Aplicação do Princípio.....	69
Referências Bibliográficas .....	74

## **Novos Aspectos da Responsabilidade Tributária no PAF**

Fabício Sarmanho de Albuquerque

Introdução.....	77
1. Responsabilidade tributária solidária por ato ilícito doloso .....	77
1.1 Do elemento subjetivo .....	78
1.2 Do elemento material .....	79
1.3 Críticas ao Parecer Normativo .....	82
2. Responsabilidade tributária após o término do lançamento fiscal.....	85
2.1 Da Portaria PGFN n.º 948/2017 .....	85
2.2 Instrução Normativa n.º 1.862/2018.....	86
2.3 Críticas à instrução normativa.....	87
Conclusão .....	89

## **Apontamentos sobre a Responsabilidade Tributária dos Administradores à Luz do CARF**

Rafael Pandolfo

Juliana Mincarone Sanguinetti

Introdução.....	91
1. Responsabilidade tributária: conceitos elementares e dever de motivação .....	91
2. Responsabilidade tributária e multa qualificada.....	94
3. Casuística: critérios aplicados pelo carf .....	98
Conclusão .....	108
Referência bibliográfica .....	109

## **As Multas por Atraso na Entrega da DCFT e por Não Homologação de Pedido de Compensação**

Rayanne Ribeiro Gomes

Tarsila Ribeiro Marques Fernandes

Introdução .....	111
1. A multa por atraso na entrega da DCFT .....	113
1.1 O tema multa por atraso na entrega da DCFT no CARF .....	114
1.2 O tema multa por atraso na entrega da DCFT no STF .....	116
1.2.a. O voto do Relator.....	116
1.2.b. O voto divergente.....	117
2. A multa por compensação não homologada .....	118
2.1 O tema multa por não homologação do pedido de compensação no CARF.....	119
2.2 A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4905 .....	120
2.2.a. O objeto de discussão da ADI 4905 .....	120
2.2.b. O voto do Ministro Relator.....	121
2.2.c. O início de julgamento da ADI 4905, em conjunto com o RE 796.939, tema 736 da repercussão geral.....	124
Conclusão .....	125
Referências bibliográficas.....	125

## **II – Questões Controvertidas na Jurisprudência sobre Tributação sobre a Renda**

### **Planejamento Tributário nas Operações de Reorganização Societária – Aspectos Teóricos**

Caio Cesar Nader Quintella

Introdução .....	131
1. Planejamento Tributário e o CARF.....	132

2. Fundamento para a Desconsideração de Atos e Operações pelo Fisco....	134
Reflexões e Considerações .....	147
Referências Bibliográficas .....	147

## **Planejamento Tributário nas Operações de Reorganizações Societárias – aspectos práticos**

Fernando Brasil de Oliveira Pinto

1. O entendimento do CARF sobre as operações de segregação de atividades empresariais.....	149
2. A devolução de capital a valor contábil e sua tributação segundo a jurisprudência do CARF.....	156
3. A amortização do ágio decorrente de rentabilidade futura na jurisprudência do CARF.....	161
Conclusão .....	167

## **Avanços e retrocessos da “trava dos 30” do IRPJ/CSL nas jurisprudências do CARF e dos Tribunais Superiores**

Cristiane Silva Costa

Introdução.....	169
1. Conceito constitucional de renda: .....	170
3. A jurisprudência do CARF: evoluir ou involuir!?	175
Considerações finais .....	176
Referências: .....	176

## **O Princípio da Legalidade e sua Aplicação na Segregação de Atividades Empresariais**

José Eduardo Dornelas Souza

Introdução.....	177
1. O Princípio da Legalidade .....	177
2. A Legitimidade da Segregação de Atividades Empresariais.....	180
2.1 A Legítima Segregação das Atividades Empresariais: planejamento tributário oponível ao Fisco .....	181
2.2 A Desconsideração da Simulada Segregação de Atividades Empresariais: definição de “simulação” e critérios legais para a qualificação.....	184
3. Jurisprudência do CARF sobre a Segregação de Atividades Empresariais ....	188
Conclusão .....	192
Referências Bibliográficas .....	193

## **Incentivos Fiscais de ICMS, Subvenções de Investimentos e Tributação sobre a Renda**

Lucas Bevilacqua

Breno Vieira

Introdução.....	195
1. Desenvolvimento regional, incentivos fiscais de ICMS e subvenções para investimentos.....	196
2. Inovações da LC160 no tratamento tributário (IRPJ/CSLL) das subvenções de investimentos: .....	198
3. Jurisprudência do CARF e conjecturas pós LC 160 .....	205
Considerações conclusivas.....	209
Referências Bibliográficas .....	210



# **Amortização de Ágio por Intermédio de Empresa Veículo: Análise de Caso à Luz da Jurisprudência Administrativa e Evolução Doutrinária**

Marcus Lívio Gomes  
Aline Cardoso de Faria

Introdução.....	213
1. Delimitação temporal da matéria .....	215
2. Fases do planejamento tributário no Brasil.....	216
2.1 Influxos da legalidade, segurança jurídica e interpretação administrativa no contexto do planejamento tributário no Brasil.....	221
3. Principais fundamentos suscitados no CARF em casos paradigmas .....	228
Conclusão.....	233
Referências Bibliográficas .....	234

## **A Simulação nas Reorganizações Societárias**

Ricardo Marozzi Gregorio

Introdução.....	239
1. Os negócios jurídicos e a simulação .....	240
2. Os planejamentos tributários e a simulação .....	243
3. Aplicabilidade em duas recorrentes situações de reorganização societária .....	251
4. Consequências para a imposição de multas qualificadas e responsabilidades tributárias .....	253
Conclusões .....	258
Referências Bibliográficas .....	258

# **Interpretação da Legislação Tributária e seus Limites: o Caso da Restrição da Dedutibilidade de Royalties pagos a Sócios no Exterior**

Sergio André Rocha

Introdução.....	261
1. Preliminarmente: A Relação entre o Artigo 71, Parágrafo Único, “d”, da Lei nº 4.506/64 e o Artigo 363, I, do RIR/18 .....	265
2. Dedutibilidade dos Pagamentos Feitos ao Controlador Indireto e Outras Empresas do Mesmo Grupo .....	266
2.1. O artigo 71, parágrafo único, “d”, da Lei no 4.506/64: Análise Histórica.....	267
2.2 O artigo 71, parágrafo único, “d”, da Lei no 4.506/64: Análise Gramatical .....	268
2.3. O artigo 71, parágrafo único, “d”, da Lei no 4.506/64: Análise Sistemática .....	269
2.4 O artigo 71, parágrafo único, “d”, da Lei no 4.506/64: Análise Teleológica.....	273
2.5 A Solução de Consulta COSIT n.º 182/2019.....	275
Conclusão: Restrição se Limita a Pagamentos a Sócios.....	276
Referências Bibliográficas .....	278

### **III – Questões Controvertidas na Jurisprudência sobre Contribuições Previdenciárias e IRRF**

#### **Stock options à luz dos Precedentes do CARF**

Alexandre Evaristo Pinto

Marcos Shigueo Takata

Introdução.....	283
1. Evolução Histórica do Uso das “Stock options” para Alinhamento de Interesses.....	284
2. Características das “Stock options” .....	287
3. Do Reconhecimento Contábil das “Stock options” .....	291
4. Da Incidência ou não de Contribuição Previdenciária sobre “Stock options” e os Precedentes do CARF .....	297
5. Do Momento de Incidência do Imposto de Renda da Pessoa Física sobre “Stock options” .....	306
Conclusões .....	311
Referências Bibliográficas .....	314

#### **Pagamento de Lucros e Resultados – Questões Controvertidas na Jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

Ana Paula Fernandes

Rita Eliza Reis da Costa Bacchieri

Introdução.....	317
1. Pagamento de Lucros e Resultados PLR.....	318
2. Contribuição Previdenciária por Parte das Empresas.....	319
3. Histórico Legislativo da Participação do Trabalhador em Lucros e Resultados.....	323

4. Da Análise da jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.....	326
4.1 Pacto prévio:.....	327
4.2 Participação do Sindicato .....	330
4.3 Regras claras e objetivas.....	334
4.4 Periodicidade do pagamento .....	337
4.5 PLR diretores não empregados.....	339
Considerações Finais .....	342
Referências .....	343

## **As Decisões do CARF: A distribuição dos lucros e dividendos e a não incidência do Imposto de Renda e das Contribuições Sociais Previdenciárias**

Wesley Rocha

Introdução.....	345
1. A distribuição dos lucros e dividendos e a não incidência do IR .....	350
2. A distribuição dos lucros e dividendos e a não incidência das Contribuições Sociais Previdenciárias .....	361
Conclusões .....	365
Referências Bibliográficas .....	367

## **A Tributação do Ilícito na Hipótese de Colaboração Premiada**

João Victor Ribeiro Aldinucci

Introdução.....	371
1. Importância do tema .....	371
2. Colaboração premiada .....	373

3. Incidência do IRPF.....	374
Conclusão.....	387
Referências bibliográficas.....	388

**A Compensação de Créditos Tributários  
como Instrumento Hábil para a Caracterização  
da Denúncia Espontânea**

Thiago Dayan  
Tiago Conde Teixeira

Introdução.....	391
1. A jurisprudência do STJ sobre a denúncia espontânea por meio de compensação .....	393
2. As divergências nos entendimentos do CARF.....	395
Conclusão .....	399
Referências bibliográficas.....	401

**IV – Questões Controvertidas na Jurisprudência sobre  
Tributação sobre o Consumo e Direito Aduaneiro**

**O Regime de Importação por Encomenda e a  
Inconstitucionalidade da Consequente Equiparação de  
Atacadistas e Varejistas a Industrial**

Cláudio Mangoni Moretti  
Thales Michel Stucky

Introdução.....	405
1. O princípio da igualdade no âmbito das importações por encomenda ...	407
2. A relevância do elemento volitivo.....	410

Conclusões .....	415
Referências Bibliográficas .....	416

## **Benefícios fiscais na Zona Franca de Manaus: limites da fiscalização do processo produtivo básico pela Receita Federal do Brasil**

Maysa de Sá Pittondo Deligne

Introdução.....	417
1. Os benefícios fiscais na Zona Franca de Manaus e o processo produtivo básico .....	419
2. O limite legal da competência da Receita Federal do Brasil na fiscalização do processo produtivo básico aprovado pela Suframa .....	422
Conclusão .....	430
Referências Bibliográficas .....	430

## **PIS e COFINS – Sistemática Não Cumulativa x Conceito de Insumos**

Tatiana Midori Migiyama

Erika Costa Camargos Autran

Introdução.....	431
1. Estrutura Normativa da Regra de Incidência das Contribuições e Evolução normativa envolvendo o conceito de insumos.....	431
1.1 Sistemática Cumulativa x Sistemática Não Cumulativa.....	431
1.2 Alcance das pessoas jurídicas que deverão observar a Sistemática não cumulativa das contribuições.....	437
2. Evolução das discussões acerca do Conceito de Insumos.....	439
2.1 Teses – critérios restritivo, intermediário e ampliativo x Conceitos de Insumos .....	439

2.2 Evolução Jurisprudencial com impacto em atos normativos em torno do conceito de insumos.....	442
Conclusão e jurisprudência do CARF.....	452
Referências .....	456

## **Qualificação dos rendimentos de contratos de afretamento no Direito Tributário Brasileiro e no Direito Tributário Internacional**

Vanessa Marini Ceconello

Michell Przepiorka

Introdução.....	459
1. As operações de afretamento na legislação doméstica .....	460
2. Posicionamento das autoridades e jurisprudência administrativa .....	466
3. A qualificação de rendimentos provenientes de contratos de afretamento no Direito Tributário Internacional Brasileiro .....	470
3.1 Qualificação no art. 8º, §1º.....	473
3.2 Qualificação no art. 12 no modelo da ONU .....	476
3.3 Qualificação no art. 7 .....	480
Conclusões .....	482
Referências: .....	483